



## **Assembleia Municipal**

### **ACTA Nº 18**

#### **Acta da Assembleia Municipal de Alpiarça – Reunião Ordinária , realizada no dia 15 de Dezembro de 2011**

Aos 15 dias do mês de Dezembro de 2011 reuniu em sessão ordinária no Auditório da Câmara Municipal de Alpiarça a Assembleia Municipal de Alpiarça. Esta sessão foi dirigida por uma mesa constituída pelo Presidente, Mário Raul Santiago do Céu, e pelos secretários Ana Paula Agostinho Matias e João Vasco Rodrigues Peixinho. Compareceram a esta Assembleia os seguintes deputados: João Manuel de Jesus Brito, Maria Graciete Agostinho da Costa Pereira de Brito, João Pedro Antunes Osório, Fernando Manuel Neves Ramalho, Lúcio António Vieira Amaral, Ana Margarida Vences Rosa do Céu, Inês Nóbrega D'Aguiar, Celestino Tomás Pereira Brasileiro, Joana de Brito Monteiro Serrano, Paulo Duarte Paulino Sardinheiro, Mário Branco André, António Alberto Ventura da Costa e Miguel Ângelo Lopes Eusébio. Estiveram ainda presentes os vereadores Maria Regina Sardinheiro do Céu Furtado Ferreira, Sónia Isabel Fernandes Sanfona Cruz Mendes, João Pedro Costa Arraiolos e Carlos Jorge Duarte Pereira, bem como o Presidente da Câmara, Mário Fernando Atracado Pereira.

O Presidente da Assembleia deu início à sessão eram 21 horas e 18 minutos.

Antes de iniciar os trabalhos, o Presidente da Mesa deu nota de uma reunião prévia na qual participaram representantes de todas as bancadas com o fim de reorganizar e otimizar a Ordem de Trabalhos para esta sessão. Assim, ficou decidido que o ponto 7 e 8 da Ordem de Trabalhos inicial passariam a ser discutidos na segunda e terceira posição.

#### **Período de Intervenção do Público**

Intervenção do munícipe João Serrano em nome da Associação

Independente para o Desenvolvimento Integrado de Alpiarça (A.I.D.I.A.). O munícipe veio dar conta da acção recente da Associação, começando por se referir à Aldeia Avieira do Patacão. A Associação que representa continua os trabalhos de limpeza do Patacão através de acções de voluntariado mensais com o fim de promover o alagamento dos salgueiros para ajudar a solidificar as margens e impedir assim que as cheias possam devorar as terras vizinhas. O Munícipe propôs à Assembleia Municipal para se associar a esta acção de voluntariado que se realizará no próximo Sábado. Para além disso, o munícipe informou que representantes do consórcio para a candidatura da Cultura Avieira a património nacional estiveram na Universidade da Beira Interior a reunir com arquitectos da Faculdade de Arquitectura que, depois de visitarem a Aldeia Avieira do Patacão, consideraram que esse é o património mais significativo daquele que está associado à actividade Avieira, e disponibilizaram-se para estabelecer uma parceria com a Câmara na elaboração do Plano de Pormenor para aquela zona, passo obrigatório para se poder incluir a Aldeia do Patacão no PDM. Além dessa proposta de colaboração, conseguiu-se também junto da INALENTEJO um financiamento a fundo perdido no valor de 85% do total do investimento para a recuperação da Aldeia do Patacão, a ser complementado com outro financiamento para a reabilitação de um edifício para a instalação do museu etnográfico em Alpiarça. Seja qual for o investimento que se proponha, neste momento está cativa no orçamento do INALENTEJO uma verba de até 85% do investimento para criar o museu etnográfico. No que ao museu etnográfico diz respeito, o munícipe informou ainda a Assembleia que a associação que representa adquiriu já oito embarcações avieiras, sendo que dessas oito, quatro estão praticamente recuperadas com fundos próprios da A.I.D.I.A. Por fim, o munícipe informou que, por parte do Instituto Politécnico de Santarém, existe a total disponibilidade para cooperar com a Câmara Municipal de Alpiarça na recuperação da Aldeia do Patacão.

#### Acta

Passou-se à apreciação da acta nº 16, da Assembleia realizada no dia 23-09-2011.

A deputada Inês D'Aguiar fez algumas propostas de correcção e uma proposta de alteração à ata.

A deputada Graciete Brito afirmou, relativamente ao acrescento que a deputada Inês D'Aguiar pretendia incluir na acta, que se devia escutar primeiro a gravação a fim de comprovar se a pretensão corresponde com o que foi dito na Assembleia.

O Presidente garantiu que a alteração pretendida corresponde ao que ele disse.

A deputada Graciete Brito aceitou a palavra do Presidente, afirmando que, assim sendo, nada teria a opor à alteração.

Com as alterações propostas pela deputada Inês D'Aguiar, a acta foi aprovada por maioria, com uma abstenção.

### **Período Antes da Ordem do Dia**

Intervenção da deputada Graciete Brito. A deputada informou a Assembleia que esteve em Champigny, cidade francesa com a qual a vila de Alpiarça está geminada, e veio por isso dar conta a este órgão da hospitalidade com que a comitiva alpiarcense foi recebida e do agrado com que os responsáveis de Champigny acolheram as propostas que lhes apresentaram. Pediu para o Presidente da Assembleia marcar uma reunião a fim de transmitir detalhadamente todas as informações importantes relativamente à visita.

Intervenção da deputada Joana Serrano. A deputada apresentou uma moção de condenação das medidas e objectivos propostos no Orçamento de Estado para 2012.

Sobre esta moção, interveio o deputado Fernando Ramalho. Apesar de concordar com algumas das ideias plasmadas na moção, o deputado considera que o documento não só é demasiado abrangente, como vem com carimbo partidário expresso e por isso não faz o mínimo esforço de consenso para que saísse daqui uma moção na qual todos os eleitos se revissem. Assim sendo, o deputado vai votar contra esta moção.

Posta à votação, a moção apresentada pela deputada Joana Serrano foi aprovada por maioria com quatro abstenções e dois votos contra dos deputados Fernando Ramalho e João de Brito.

O deputado João de Brito fez declaração de voto. Votou contra porque considera que a moção é demasiado abrangente e o deputado está em desacordo com muita das críticas que nesse documento são feitas.

Interveio em seguida o deputado João Osório. O deputado deu os parabéns ao Executivo Municipal pela homenagem a Lima Fernandes que decorreu no dia 12 de Novembro. Entende o deputado que esta justa homenagem representa um momento alto do nosso Concelho.

Intervenção do deputado Mário André. O deputado começou por pedir

desculpas pela sua fraca assiduidade, justificada na incompatibilidade da agenda da Assembleia com a sua actividade profissional. Em relação às questões que levantou na última Assembleia em que esteve presente, o deputado agradeceu ao Presidente da Câmara o envio do caderno de encargos da prestação de serviços de um estudo de consultadoria para a Quinta dos Patudos, com o qual concorda em grande medida, não podendo deixar, contudo, de ressaltar a demora na conclusão do estudo por parte da empresa.

De resto, considera que as propostas adiantadas são importantes, muito embora esteja convicto que as intenções só são importantes se se fizer para as concretizar. Perguntou por isso o que se está a fazer para implementar as ideias propostas no documento.

Intervenção do deputado João de Brito. O deputado começou por também congratular o Executivo Municipal pela homenagem a Lima Fernandes, congratulação que se estende a todos os que participaram na organização deste evento. O deputado ouviu alguma contestação relativamente à alteração do nome da rua agora designada Lima Fernandes, mas entende que o Executivo fez uma opção política e assumiu-a, pelo que não tem nada a apontar. No entanto, se tivesse sido ele a escolher, o topónimo Lima Fernandes ficaria junto da sede dos Águias.

O deputado referiu-se em seguida à notícia divulgada na imprensa regional do técnico de informática dos quadros da Autarquia que tinha sido requisitado para vários cargos de nomeação política e que regressava agora à Câmara. O deputado acha tudo isto muito duvidoso e difícil de compreender, pelo que pediu esclarecimentos ao Presidente.

Intervenção da deputada Inês D'Aguiar. A deputada congratulou o Executivo pelo esforço que fez para levar a cabo a remodelação da Casa dos Patudos e louvou a cerimónia de reabertura do Museu, iniciativa que contou com a presença do Secretário de Estado da Cultura e com um espectáculo musical de grande valor.

Tomou a palavra o Presidente da Câmara, passando a responder às questões. Relativamente à visita da comitiva alpiarcense a Champigny, o Presidente reconheceu que ainda não tinha tido tempo para se inteirar de como correu a viagem, mas folga em saber que tudo correu bem e que houve uma receção positiva às propostas da Comissão de Trabalho da Assembleia Municipal, propostas que no essencial merecem o acordo da Câmara Municipal. Dado que se trata de uma competência da Câmara e dado que esta geminação acaba por ter impacto ao nível organizativo e financeiro da Autarquia, o Presidente sugeriu que na reunião que se marcasse, o Executivo Camarário estivesse presente a fim de discutir as linhas de actuação relativamente a esta

geminção.

Relativamente à homenagem a António Lima Fernandes, o Presidente aproveitou a menção para também ele enaltecer o trabalho realizado pela Comissão de Honra que se constituiu para organizar esta homenagem. Esta Comissão de Honra teve como Presidente o munícipe Emídio Sardinheiro, após nomeação do Presidente da Câmara, e foi constituída por cerca de 100 personalidades ligadas em vida ao ciclista Lima Fernandes, entre eles o próprio eleito João de Brito, um dos mais activos neste evento. O Presidente aproveitou ainda para enaltecer a participação das colectividades do Concelho com ligação ao ciclismo ou ao cicloturismo.

Quanto à pergunta do deputado Mário André sobre a razão pela qual a empresa de consultadoria não cumpriu o prazo das oito semanas para a entrega do estudo de projecto para a zona da Albufeira dos Patudos, o Presidente adiantou que a empresa não terá cumprido o prazo por responsabilidade da Autarquia, dado que houve documentos solicitados à Autarquia que não seguiram em tempo útil. De resto, falta ainda complementar este primeiro estudo com o estudo de viabilidade económica para o investimento sugerido na definição de projecto. Só pela razão da falta desse documento é que o assunto ainda não veio à Assembleia Municipal para ser discutido. O Presidente adiantou contudo que o estudo de definição de projecto aponta sobretudo para a criação de um Parque Temático no Alto do Castelo, aproveitando as condições naturais da zona e as infraestruturas existentes. Em todo o caso, esta ideia passa em grande medida pela captação de investimento privado, uma vez que a Autarquia não está em condições de fazer um investimento desta envergadura.

O Presidente pronunciou-se ainda sobre a polémica em torno da substituição do nome da rua General Spínola pelo nome António Lima Fernandes e da preferência manifestada por alguns munícipes pelo Largo dos Águias para homenagear o falecido ciclista. O Presidente explicou que inicialmente esta opção foi equacionada pelo Executivo, mas que a família do ciclista considerou que a localização da rua António Lima Fernandes faria mais sentido no local que acabou por ser escolhido, dado que confinava com a rua na qual o ciclismo viveu grande parte da sua vida. Para além disso, entende o Presidente que o Largo dos Águias nunca deixará de ser Largo dos Águias para a população de Alpiarça, pelo que o impacto do nome se perderia.

Sobre o regresso do técnico informático à Câmara de Alpiarça, o Presidente explicou que este técnico é funcionário da Autarquia de pleno direito, tendo entrado para os quadros da Câmara segundo o processo que decorria da lei em vigor na altura; isto é, tratando-se de um quadro da função

pública o funcionário foi requisitado pela Câmara de Alpiarça através dos processos de mobilidade previstos na lei. À Câmara cabe pois garantir as melhores condições de trabalho a este funcionário da mesma forma que se procura fazer com todos os outros. Quanto às notícias que davam conta de um ambiente de certa forma hostil relativamente a esse funcionário, o Presidente afirmou que repudia qualquer tipo de actuação desse tipo, e que são inadmissíveis as considerações que foram feitas sobre uma pessoa que neste Município é um trabalhador como qualquer outro.

Intervenção do deputado João de Brito para esclarecer que não tem nada contra o funcionário em questão, que nem sequer o conhece, e que se limitou a procurar esclarecer o assunto no local certo, uma vez que o assunto tem sido muito noticiado.

Intervenção do deputado Mário André. O deputado alertou para o problema da queda das folhas das árvores na via pública, que nestes últimos dias se tem agravado sem que tenha havido nenhum processo de limpeza.

O Presidente da Câmara esclareceu, relativamente à intervenção do deputado João de Brito, que também ele se estava a referir ao tratamento que foi dado ao assunto na blogosfera e comunicação social e não propriamente às palavras do deputado. Relativamente ao problema das folhas na via pública, o Presidente explicou que a Autarquia não tem pessoal suficiente para fazer face a todos os problemas, sendo que existem outros problemas relacionados com a limpeza muito mais urgentes e graves do que o problema da queda das folhas, não obstante o Presidente garantir que a limpeza será feita à medida da disponibilidade do pessoal. Sendo certo também que com a aquisição da nova varredora a situação melhorará substancialmente.

### **Período da Ordem do Dia**

**- Ponto 1 – Informação Escrita a apresentar pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da Atividade do Município e da sua situação financeira, ao abrigo da alínea e) do nº 1 do artº 53 da Lei nº 5-A/02 de 11 de Janeiro.**

Intervenção da deputada Joana Serrano. A deputada afirmou considerar despropositado que conste nesta informação o funeral do Vereador Mário Peixinho.

Intervenção do deputado Mário André. O deputado concorda com a

posição da deputada Joana Serrana no que respeita ao funeral do Vereador Mário Peixinho, acrescentando que é de lamentar o número exagerado de reuniões, participações em eventos e almoços diários que constam na rubrica Atividade Diária de Maior Importância, já que seria de esperar ver nessa rubrica mais realizações palpáveis.

Intervenção do deputado Celestino Brasileiro. O deputado sugeriu que o deputado Mário André só teria lido as primeiras cinco páginas do documento, dado que se parece estar a referir apenas ao que vem descrito nessas páginas.

Intervenção do deputado Paulo Sardinheiro. O deputado perguntou se todas as intervenções dos serviços de mecânica descritas no documento são efectivamente realizadas, já que em todas as assembleias vem uma lista enorme de revisões aos diversos veículos da Autarquia. O deputado pretende saber se os carros dão assim tantos e tão recorrentes problemas e se estas revisões são feitas internamente com o pessoal da Câmara. Relativamente à rubrica da manutenção dos semáforos, o deputado perguntou se a Câmara é responsável por estes equipamentos.

Intervenção do deputado Lúcio Amaral. O deputado começou por dizer que lhe custa falar todas as assembleias do mesmo assunto, mas que continua a não aparecer nesta prestação de contas nenhuma intervenção no Frade de Cima. O deputado aproveitou para informar o Executivo que os moradores andam a tapar os buracos na estrada com terra para poderem circular, deixando o apelo para que o Executivo olhe um bocado pelos munícipes desse Lugar.

O Presidente da Câmara passou a responder às questões. Começando pela observação do deputado Mário André, o Presidente fez suas as palavras do deputado Celestino Brasileiro, uma vez que a partir da página seis aparece outro tipo de realizações.

O deputado Mário André interveio para distinguir o que entende ser a actividade relevante para o desenvolvimento do Concelho da actividade obrigatória da Autarquia.

O Presidente da Câmara prosseguiu a sua intervenção explicando que, de qualquer forma, este é o mesmo modelo de documento que há muitos anos é apresentado nesta Assembleia, pelo que no máximo o Executivo pode ser acusado de manter a mesma linha que era seguida anteriormente. Quanto à questão da deputada Joana Serrano, o Presidente esclareceu que não há nenhuma outra intenção a não se registar o facto de a Autarquia ter tido uma participação direta no funeral dado tratar-se de um membro desta Câmara

Municipal, e por essa razão trata-se de uma actividade da própria Câmara assumida desde o início e em perfeita sintonia com a família. Podia de facto não constar, mas de qualquer forma não se trata de um facto político.

Em relação aos semáforos no interior da área urbana, eles são de facto competência da Câmara Municipal. E em relação às reparações automóveis e de maquinaria, elas decorrem das necessidades normais, tanto mais que a frota da Autarquia não é muito recente e os veículos ressentem-se da sua antiguidade. As reparações são realizadas na própria Câmara na medida da disponibilidade dos recursos existentes.

Quanto à observação do eleito Lúcio Amaral, apesar de lhe custar a admitir, o Presidente reconheceu que o deputado tem alguma razão. O Presidente reconheceu também que, para além do problema da reparação da pavimentação, o Frade Cima tem necessidades ao nível da limpeza urbana.

Para além disso, está ainda por concretizar a colocação das lombas, esse que é um compromisso deste Executivo.

O deputado Lúcio Amaral sugeriu ao Presidente que se marcasse um dia para o Executivo ir dar uma volta pelo Frade de Cima para verificar os problemas existentes e definir uma estratégia de intervenção.

O Presidente afirmou que não põe de parte essa possibilidade, acrescentando contudo que o Executivo tem feito o acompanhamento da evolução dos problemas do Frade de Cima. O Presidente comprometeu-se em atuar, lembrando que não o fez antes devido à manifesta falta de recursos da Autarquia.

Voltando à questão do eleito Mário André, o Presidente explicou que este documento visa transparecer a actividade regular da Autarquia e que portanto a actividade obrigatória do Município continuará a vir plasmada no documento. Quanto ao facto de existirem muitas reuniões, o Presidente afirmou ser natural dado que o trabalho de um Executivo Camarário passa sobretudo por reuniões que se têm com os serviços e parceiros da Autarquia. O Presidente aproveitou ainda a oportunidade para lamentar a fraca participação dos eleitos em geral, mas sobretudo dos eleitos do PS, nas actividades da Autarquia. O Presidente realçou sobretudo a fraca participação dos eleitos na visita às obras da Águas do Ribatejo em Alpiarça, até porque foi a própria empresa que, à semelhança do que faz nos outros concelhos, agendou a visita e convidou os órgãos autárquicos.

**--Ponto 2 – Apreciação e votação – Adicional Nº1 ao Protocolo de Delegação de competências da Câmara Municipal para a Junta de Freguesia.**



O Presidente da Câmara começou por lembrar que o nº 3 do protocolo em vigor prevê a possibilidade de acordar formas adicionais de colaboração sempre que se considerar necessário pelos dois órgãos autárquicos. É isso que aqui se propõe, nomeadamente a transferência para a Junta de Freguesia das competências pela gestão, recuperação e manutenção dos parques de recreio e de diversão do município, prevendo-se para esta transferência de competências a compensação por parte da Câmara de uma verba anual no valor de dez mil euros.

O deputado Mário André perguntou se esta transferência de competências corresponde a um acréscimo de responsabilidades por parte da Junta de Freguesia.

O Presidente da Câmara respondeu afirmativamente, acrescentando que esse acréscimo de responsabilidade pode inclusivamente implicar a afectação de mais pessoal da estrutura da Junta de Freguesia a este serviço.

O deputado Mário André pretendeu ainda conhecer a opinião da Junta de Freguesia relativamente a este acréscimo de responsabilidades e as eventuais reservas que possam ter apresentado. Perguntou por fim se a Junta de Freguesia considera que o valor da compensação é suficiente. O deputado pretende saber se ambas as partes assumem as suas responsabilidades para prevenir que mais tarde venham dizer que as obrigações não foram cumpridas por falta de verbas ou de condições.

O Presidente respondeu que não poderia ser de outra forma a não ser com o acordo da Junta de Freguesia. O acordo resultou obviamente de uma discussão prévia entre o Executivo da Câmara e da Junta de Freguesia e a alteração ao protocolo espelha o levantamento da situação que foi feito e a assunção por ambas as partes desta solução como a solução mais adequada para fazer frente às responsabilidades. Quanto a saber exactamente se este acordo é suficiente, é uma questão que só a prática vai esclarecer.

Intervenção do deputado Paulo Sardinheiro. O deputado pretendeu saber qual o valor do orçamento anual da Junta de Freguesia e qual a percentagem de responsabilidades acrescidas que têm com esta delegação de competências.

Intervenção do deputado João de Brito. O deputado perguntou se, para além da conservação e reparação dos espaços, a rentabilização dos mesmos não ficaria também futuramente ao encargo da Junta de Freguesia ao abrigo deste protocolo, nomeadamente no que respeita ao parque de campismo, barragem dos patudos e piscinas municipais.

Intervenção do deputado Fernando Ramalho. O deputado afirmou considerar que a Câmara fez um negócio muito lucrativo, o mesmo não acontecendo no que respeita à Junta de Freguesia. Na opinião do deputado a Câmara conseguiu livrar-se de uma enorme responsabilidade por apenas dez mil euros, o que equivale praticamente aos gastos com o salário anual de um funcionário. O deputado duvida contudo que se consiga fazer frente a estas responsabilidades com apenas um funcionário, para não falar dos gastos com combustíveis, materiais e tudo o que for necessário.

Intervenção da deputada Graciete Brito. A deputada sugeriu que os sucessivos ajustamentos no protocolo denotam alguma desorientação na forma como estas coisas são geridas e como são geridas as próprias relações entre a Freguesia e o Município, sendo que esta desorientação resulta em prejuízo da qualidade dos serviços prestado. Com efeito, a deputada lamentou a degradação recente dos espaços verdes, degradação que contrastaria com o bom estado de conservação dos mesmos espaços no mandato anterior.

Intervenção da deputada Joana Serrano. A deputada começou por dizer, no que diz respeito à Junta de Freguesia, que estas questões são para ser discutidas na Assembleia da Freguesia e não na Assembleia Municipal. O Executivo Camarário já respondeu a todas as questões que foram colocadas, e o mesmo fará a deputada em sede de Assembleia de Freguesia quando for chamada a discutir o assunto na condição de Presidente da Junta de Freguesia.

Quanto às últimas afirmações da deputada Graciete Brito, a deputada discordou abertamente, dizendo que não só os espaços verdes não estavam em bom estado de conservação como não lhe parece que o anterior Executivo tenha encontrado uma boa solução para a gestão destes espaços, dado que a empresa privada que a Câmara contratou para o efeito ficou credora da Câmara. Aqui fica mais uma prova de que o anterior Executivo só conseguiu fazer obra, discutível ou não, acrescentando dívida a um município já de si endividado.

Intervenção do deputado Celestino Brasileiro. O deputado começou por dizer que a sua intervenção tinha sido prejudicada pela intervenção da deputada Joana Serrano, mas disse ainda que se se quisesse ter os espaços verdes bem tratados sem gastar dinheiro fazia-se como o anterior Executivo, que contratou uma empresa privada e depois não lhe pagou tudo o que lhe competia.

Intervenção do Presidente da Câmara. O Presidente afirmou que a Junta de Freguesia desempenhou um papel muito importante ao longo destes dois anos na manutenção dos espaços verdes que não estavam, ao contrário do que foi dito, nas melhores condições. Essa foi aliás uma das razões

evocadas pelo anterior Executivo para a cessação de contrato com a empresa que mantinha os espaços. Não tendo sido possível à Câmara, em Novembro de 2009, assumir a gestão dos espaços verdes, a Junta de Freguesia, num acto de grande voluntarismo, assumiu esta responsabilidade e conseguiu manter os espaços verdes em boas condições sem que a Câmara transferisse qualquer verba compensatória para esse órgão. Tratou-se de um esforço considerável para a Junta de Freguesia, mas que foi assumido com todo o espírito de colaboração e de solidariedade entre as duas autarquias, atitude que o Presidente enaltece. Quanto à dúvida de saber se esta verba é suficiente para compensar a Junta do acréscimo de responsabilidades, o Presidente explicou que este protocolo poderá ser alterado a qualquer momento, pelo que a resposta para essa questão se encontrará empiricamente. Quanto à acusação da deputada Graciete Brito de que o Executivo revela desorientação por estar a rever este protocolo, o Presidente afirmou que sinal de desorientação de um Executivo viu-o ele em relação ao anterior Executivo no facto de, assim que tomou posse, a primeira reunião que teve ter tido por intervenientes os responsáveis da empresa de manutenção dos espaços verdes que vinham pedir-lhe que a Câmara pagasse uma dívida no montante de cerca de cem mil euros. No que respeita à questão do deputado João de Brito, o Presidente esclareceu que esta transferência de competências diz respeito apenas aos parques infantis.

O Adicional Nº1 ao Protocolo de Delegação de competências da Câmara Municipal para a Junta de Freguesia foi aprovado por maioria, com 6 abstenções dos deputados eleitos pelo PS.

### **Ponto 3 – Apreciação e votação – Processos avaliados pela Comissão de Avaliação do Património. (Inf. Interna dos S.T.O. Nº 136).**

O Presidente da Câmara esclareceu ainda, no que respeita à avaliação do património, que se trata de avaliar todo o património da Autarquia desde o início da atividade autárquica em democracia e não apenas o património recente, isto é, a avaliação inclui toda a rede viária, de esgotos, etc. Significa portanto que esta avaliação não obedece a uma lógica de avaliação de mercado mas antes a uma avaliação de um património do domínio público que não tem uma rentabilidade de mercado.

O Vereador Carlos Pereira esclareceu que todo este património estava avaliado pelos valores históricos de aquisição num todo não discriminado, pelo que urge agora reavaliar o património pelos valores atuais.

O deputado Fernando Ramalho perguntou quem é que vai fazer a avaliação da Casa dos Patudos e como o vai fazer, tendo em conta a dimensão

e o valor do património artístico do acervo dos Patudos.

O Presidente da Câmara afirmou tratar-se de uma questão pertinente que terá de ser pensada em conformidade com as regras e tendo em conta também os efeitos dessa avaliação para perceber se se justifica uma avaliação especializada à Casa dos Patudos.

Posto à votação, o ponto 3 foi aprovado por maioria com duas abstenções .

**- Ponto 4 – Apreciação e votação – Processos avaliados pela Comissão de Avaliação do Património. (Inf. Interna dos S.T.O. Nº 137).**

O Presidente da Câmara explicou que este e os dois pontos seguintes surgem na sequência dos resultados apresentados pela Comissão de Avaliação do Património. O assunto aparece repartido por três pontos porque a Comissão foi entregando os processos à medida que os ia terminando, sendo que ao longo dos próximos tempos deverão aparecer novas propostas deste género para votação. Esta avaliação do património surge no cumprimento das regras da contabilidade do POCAL, sendo que a Câmara de Alpiarça nunca tinha feito este trabalho.

Intervenção do deputado Paulo Sardinheiro. O deputado perguntou se as pessoas que constituem esta comissão estão devidamente credenciadas pela CMVM para certificarem as avaliações. Perguntou também, além do método comparativo que se refere, que outros métodos foram utilizados; relativamente aos prédios rústicos, qual a dimensão média; e, por fim, qual é a apreciação do executivo relativamente aos resultados destas avaliações.

O Presidente respondeu que os membros desta comissão estão credenciados pelo Município, naquela que é a única credenciação que o Presidente julga ser necessária. De resto, trata-se de aplicar o enquadramento legal e contabilístico de forma a apurar o valor das infraestruturas utilizando os métodos previstos, os quais o Presidente não está em condições de apresentar nem tem a pretensão de estar. O Presidente comprometeu-se em apresentar aos serviços as questões do deputado a fim de o esclarecer.

Posto à votação, o ponto 4 foi aprovado por maioria com duas abstenções.

**- Ponto 5 – Apreciação e votação – Processos avaliados pela Comissão de Avaliação do Património. (Inf. Interna dos S.T.O. Nº 148).**

Posto à votação, o ponto 5 foi aprovado por maioria com duas abstenções.

**- Ponto 6 – Apreciação e votação do Regulamento da Zona Industrial de Alpiarça.**

Posto à votação, o Regulamento da Zona Industrial de Alpiarça foi aprovado por unanimidade.

**- Ponto 7 - Apreciação e votação da Revisão Orçamental Nº 1 para o ano 2011.**

O Presidente da Câmara fez o enquadramento da revisão, na qual se propõe que seja incluída no orçamento para este ano uma rubrica que permita a aquisição a pronto pagamento de uma varredoura.

Posta à votação, a Revisão Orçamental Nº 1 para o ano 2011 foi aprovada por unanimidade, com uma ausência do deputado Mário André.

**- Ponto 8 – Apreciação e votação da Modificação G.O.P. Nº 1 para o ano 2011.**

O Presidente da Câmara explicou que se trata da incorporação do saldo de gerência de 2010.

A Modificação G.O.P. Nº 1 para o ano 2011 foi aprovada por maioria com seis abstenções dos deputados do PS.

**- Ponto 9 – Apreciação e votação do Concurso Público Nº 3/2011, CCE da Central de Compras Electrónicas da CIMLT – Aquisição de Combustíveis Rodoviários, Gás Propano a Granel e lubrificantes.**

Aprovado por unanimidade.

**- Ponto 10 – Apreciação e votação do Contrato Programa e de Gestão (LT, Sociedade de Reabilitação Urbana, EM).**

O Presidente da Câmara explicou tratar-se de alterações pontuais ao contrato programa e de gestão da Sociedade de Reabilitação Urbana, nomeadamente ao nível do valor anual a transferir pelos municípios para a conta da SRU, valor inicialmente previsto em 9.085,00€ e que passa agora para 4.050,00€.

Intervenção do deputado Paulo Sardinheiro. O deputado considera que este contrato programa se constitui como uma carta-branca que o Município passa a esta entidade para efetuar uma série de operações sobre as quais o Município perde autonomia. Pergunta por isso que controlo é que o Executivo exerce sobre esta sociedade e se as condições de financiamento para a recuperação de edifícios já estão acordadas e quais são elas.

O Presidente da Câmara explicou que a área de intervenção da SRU neste momento é muito limitada. Em termos de instrumentos actuais de acesso a fundos para a reabilitação, a SRU não tem propriamente uma disponibilidade própria. A SRU aciona, aconselha e dá apoio em termos técnicos aos proprietários de edifícios dentro da área delimitada que voluntariamente manifeste vontade de avançar com processos de reabilitação das suas propriedades. De resto, a estrutura técnica que a SRU tem neste momento no terreno responde apenas ao levantamento do estado de conservação de todos os prédios nestas unidades de intervenção de todos os 9 municípios que aderiram à SRU, pelo que a constituição de instrumentos de acesso a condições de financiamento será o passo seguinte a dar por esta sociedade. De resto, a responsabilidade pelo licenciamento urbanístico continua a ser das câmaras municipais, pelo que os receios do deputado não fazem sentido.

Posto à votação, o Contrato Programa e de Gestão (LT, Sociedade de Reabilitação Urbana, EM) foi aprovado por unanimidade.

Porque tinha chegado a meia-noite, o Presidente da Assembleia colocou à votação a continuação dos trabalhos para além desta hora.

A continuação dos trabalhos foi aprovada por maioria, com duas abstenções.

### **- Ponto 11 – Apreciação e votação do Orçamento, Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal para o ano de 2012.**

O Presidente da Câmara começou por explicar que este orçamento altera em grande parte a filosofia dos orçamentos dos anos anteriores, uma vez que os orçamentos anteriores estavam muito inflacionados para possibilitar a inclusão da dívida a fornecedores. Para além do que, atendendo aos limites legais de endividamento, houve a necessidade de excluir parte da dívida à ADSE e um conjunto de outra dívida relativamente a processos pendentes em tribunal. Este ano, pela primeira vez, depois do pagamento da dívida a

fornecedores decorrente da execução do Plano de Saneamento, conseguiu-se apresentar um orçamento realista, muito mais próximo da capacidade real da Autarquia, que permite um equilíbrio muito maior entre a despesa corrente e a receita corrente, bem como o respeito pelas normas que regem a elaboração destes documentos. Assim, este orçamento reflecte sobretudo o funcionamento regular do município e o conjunto de actividades que resultam do cumprimento das competências da Autarquia, trabalho que não é normalmente valorizado mas que absorve praticamente todos os recursos ao dispor do Município, nomeadamente no que respeita à área da educação, às várias actividades culturais e desportivas ao longo do ano, ao relacionamento com as coletividades e o movimento associativo, à manutenção das infraestruturas ao serviço da população e à realização de obras por administração direta. Há contudo este ano a intenção de reforçar a capacidade na limpeza do espaço urbano, nomeadamente através da aquisição da nova varredoura. Para além destas áreas de intervenção, existe ainda um conjunto de outras áreas que, embora não tendo um reflexo na melhoria das condições de vida da população diretamente proporcional ao investimento, são ainda assim muito exigentes para o Município. O Presidente deu como exemplo a Casa dos Patudos, património com as potencialidades que se lhe reconhecem, mas que obriga a uma despesa muito significativa para um Município como o de Alpiarça. Ainda assim, o Executivo compromete-se em desenvolver várias actividades e alocar alguns recursos a esta área de forma a poder-se divulgar este património e atrair a Alpiarça muitos mais visitantes. Outra área que penaliza em muito a Autarquia a nível financeiro é o corpo de Bombeiros Municipal, o que não obsta a que este ano, através de uma candidatura aos fundos comunitários, se preveja a aquisição de uma viatura de combate a incêndios urbanos. Na Ação Social, e com o agravamento das condições de vida, prevê-se um acréscimo de pressão sobre a Autarquia para que esta dê as respostas adequadas às diversas situações que se vão colocar. Com esse objectivo e na sequência de uma proposta do PSD discutida e trabalhada pelo Executivo Camarário, surge este ano a criação do Cartão do Idoso, mecanismo que possibilitará à Autarquia dar uma resposta mais eficaz às dificuldades da população envelhecida de Alpiarça.

No que diz respeito às obras de maior envergadura, cabe à Autarquia aproveitar ao máximo os fundos comunitários através da apresentação de candidaturas ao QREN. O Presidente revelou que a Câmara já tem inclusivamente algumas candidaturas em fase adiantada de preparação, sendo que também se tentará aproveitar ao máximo a Bolsa de Mérito para os Municípios que têm revelado uma maior capacidade de execução, como é o caso do Município de Alpiarça. Uma das prioridades da Autarquia é a melhoria do espaço urbano e por isso mesmo a Câmara estará atenta a todas as

candidaturas que se adequem a este objectivo. Assim, a Câmara procurará fundos para a requalificação da zona desportiva do Casalinho, para os arranjos da zona envolvente ao Jardim de Infância do Frade de Cima e para os arranjos no Frade de Cima. Para além disso, prevê-se a conclusão dos trabalhos de requalificação da Casa dos Patudos, através da execução a segunda fase dos arranjos exteriores, a requalificação do espaço exterior aos Paços do Concelho, a conclusão por administração directa da requalificação do Parque do Carril e, também por administração directa, a requalificação dos caminhos rurais. Para além disso, existem ainda um conjunto de outros projectos que serão executados se se reunirem condições para tal, isto é, se surgir a oportunidade de os apresentar como candidaturas aos fundos comunitários. O Presidente refere-se designadamente à ampliação do Jardim Municipal, à recuperação do atual edifício da GNR, ao edifício do Mercado Municipal e a Aldeia do Patacão, sendo que este último projecto continua a levantar muitas questões aos municípios envolvidos, sobretudo no que respeita à rentabilidade e manutenção dos espaços. Para terminar, o Presidente lembrou que se vive um contexto económico e social adverso, com a agravante dos cortes sucessivos nas verbas a transferir do poder central para as autarquias, o que coloca sérias limitações à acção da Autarquia e levanta dificuldades na resposta às exigências legítimas das populações.

Intervenção do deputado Paulo Sardinheiro. O deputado afirmou que considera que as Grandes Opções do Plano ficam muito aquém daquilo que esperava. Considera também que é muito generalista em alguns temas, nomeadamente na Casa dos Patudos, património no qual se fez um grande investimento, mas cujas actividades previstas se reduzem a apenas duas, o que não contribui de forma nenhuma para a rentabilização do investimento. O deputado notou também a falta de qualquer projecto para o turismo, sobretudo depois de a Câmara ter encomendado e pago um projecto de consultadoria nessa área cujos resultados já se conhecem, como o Presidente acabou de referir. O deputado sabe que responsáveis dessa empresa estiveram em Novembro a reunir-se com o Executivo, e pensou que seria natural que essa reunião tivesse servido para discutir um plano de acção, pelo que estranhou que não constasse nada sobre este projecto neste Orçamento, nem sequer uma referência ao Parque de Campismo. No que respeita à referência, relativamente ao Festival do Melão, de que este é um polo de desenvolvimento da economia local, o deputado acha irónico que para esse certame estejam alocados apenas dez mil euros, o mesmo que para a Feira do Livro, que é uma iniciativa de âmbito muito mais restrito. Outra área de intervenção que não é mencionada na rubrica das funções económicas é a Zona Industrial, o que significa que não há ainda previsão de instalação de sinalética informativa no local, como já aqui tinha sido proposto, ou outro projecto qualquer que



pudesse ajudar a cativar empresas. Em suma, o deputado mostrou-se espantado com a falta de inovação relativamente ao orçamento anterior e com a ligeireza com que são tratados alguns temas importantes em comparação com outros que são menos importantes mas tratados com muito pormenor, como por exemplo o caso da Biblioteca, cujas descrições de projectos são talvez demasiado exaustivas, sobretudo se comparadas com o resto.

Intervenção do deputado Fernando Ramalho. O deputado começou por reiterar a ideia de que este orçamento não acrescenta nada de novo e que há vários anos que este documento apresenta praticamente a mesma configuração, quando o expectável seria que com a entrada de uma nova força política surgisse um documento inovador com novas perspectivas para Alpiarça. O deputado também não pôde deixar de mencionar a pobreza da programação da Casa dos Patudos tendo em conta a sua dimensão e tanto mais que o documento apresenta uma série de objectivos bastante válidos para aquele património que depois se traduzem em apenas duas actividades. O deputado mostrou-se perplexo com a intenção da Câmara de investir dinheiro no parque de estacionamento subterrâneo para o dotar de condições de segurança quando, na opinião do deputado, o parque não precisa de nenhum investimento, e sobretudo depois de a CDU tanto ter criticado a existência daquele parque. Outro motivo de perplexidade para o deputado é a menção à implementação do Cartão de Livre Acesso Desportivo, dado que o deputado ainda há poucos anos comprou um cartão para o mesmo efeito. Referindo-se à apresentação que o Presidente da Câmara acabou de fazer, o deputado afirmou compreender a necessidade do Presidente de mencionar a possibilidade remota de conseguir fundos comunitários através das candidaturas ao QREN para realizar projetos: é que dada a pobreza destas Grandes Opções do Plano não havia outra forma de dar ânimo aos seus apoiantes, que devem estar cada vez mais desesperados por não verem nada do que lhes foi prometido. Sobre as candidaturas ao QREN, o deputado lembrou que elas pressupõem que a Autarquia também financie parte dos projectos com capitais próprios, o que levanta o problema de saber onde é que a Câmara vai buscar esse dinheiro, sendo que a única solução é recorrer de novo à dívida, tal como aconteceu com os executivos do PS e como já aconteceu inclusivamente neste mandato quando esta Assembleia aprovou a contração de um empréstimo de duzentos mil euros. A única forma que o deputado conhece de Alpiarça sair deste marasmo é garantir a captação de investimento, aumentando assim a receita do Município. Ora isso só acontecerá quando Alpiarça se tornar uma terra atrativa onde as pessoas gostem de viver e constituir família. O deputado relembrou ainda a recorrente crítica da CDU contra a especulação imobiliária em Alpiarça, especulação que entretanto acabou, uma vez que já não se constroem casas novas no Concelho

nem se instalam novas famílias. Por fim, para perceber se as verbas alocadas são suficientes para alcançar os objetivos a que se propõe, o deputado perguntou qual é a fatia do orçamento que se destina à Acção Social e à assistência de famílias com maiores necessidades.

Intervenção da deputada Ana Margarida do Céu. A deputada perguntou o que se pretende fazer para requalificar a área desportiva do Casalinho que justifique o investimento de trinta mil euros para um total de cento e quarenta mil. Relativamente ao Cartão de Idoso, a deputada pretende conhecer os critérios de adesão a esta facilidade, dado que é da opinião que para além dos critérios de idade talvez se justificasse incluir outras pessoas que não preenchessem o requisito etário mas provassem ter carência económica, tornando este cartão uma ferramenta de apoio muito mais abrangente. A deputada referiu-se ao valor destinado a horas extraordinárias a pagar aos funcionários, observando que na última Assembleia o Executivo veiculou a intenção de reduzir este expediente que se devia sobretudo à existência de um corpo municipalizado de bombeiros. Ora a deputada constatou que no orçamento a verba destinada ao pagamento de horas extraordinárias para os bombeiros é praticamente a igual à que é destinada ao conjunto dos outros serviços, pelo que a deputada pretende saber a que funções da Autarquia corresponde o restante valor das horas extraordinárias.

Intervenção do deputado Celestino Brasileiro. O deputado afirmou que a bancada da CDU considera que este é um orçamento realista que pela primeira vez em muitos anos não precisa de empolar as receitas para fazer face à dívida. Também depois de muitos anos, o deputado julga que finalmente se está em condições de acabar com as baixas taxas de execução do orçamento. Para além disso, trata-se de um orçamento condicionado pelos novos cortes nas transferências do Orçamento de Estado, cortes que ascendem a mais de quatrocentos mil euros, verba que daria para fazer muita obra. Quanto à Casa dos Patudos, o deputado informou a Assembleia que o investimento já está a dar resultados, uma vez que as visitas dispararam para mais do dobro. O mesmo acontecendo no que respeita ao Festival de Melão, cujos resultados já estão a aparecer, e a prova disso é que a Comunicação Social vem a Alpiarça quando quer falar de melão. Relativamente à acusação de falta de arrojo por parte do Executivo, o deputado lembrou que o resultado do arrojo do Partido Socialista foi uma Câmara sobre-endividada. Ainda no que respeita à Casa dos Patudos, o deputado observou que ainda muito recentemente se assistiu a um concerto único aquando da inauguração do novo circuito museológico, iniciativa que contou com a presença do Secretário de Estado da Cultura. Quanto à construção, o deputado afirmou não saber se ela deixou de existir em Alpiarça por culpa do Executivo Camarário, mas

lembrou que no resto do país também não se tem investido como até aqui na área imobiliária.

Intervenção do deputado João de Brito. O deputado começou por referir-se ao desinvestimento na construção, no que considera ser um fenómeno não só de Alpiarça, nem sequer só de Portugal, mas de toda a Europa, e portanto a culpa não pode ser atribuída a um Executivo, porque a culpa é de todos e sobretudo daqueles que governaram o país. O deputado observou em seguida que, a pedido do Executivo, o PSD apresentou um conjunto de propostas orçamentais, das quais apenas uma foi aproveitada. Ainda assim, o deputado louvou a atitude do Executivo. Relativamente ao investimento no parque subterrâneo do Centro Cívico, o deputado afirmou concordar com a opção do Executivo de o dotar de condições de segurança, ao contrário do que manifestou o deputado Fernando Ramalho, dado considerar que o local não é utilizado devido aos problemas de segurança que apresenta. O deputado é ainda a favor de tornar o parque pago a fim de o rentabilizar. Para terminar, o deputado afirmou que a Autarquia tem funcionários a mais e que a Câmara não é uma casa de repouso, pelo que alguma coisa tem de ser feita para eliminar o pessoal excedentário.

Intervenção da deputada Graciete Brito. A deputada precisou uma afirmação do deputado Celestino Brasileiro, que dizia que a dívida foi paga quando na verdade a dívida foi apenas transferida. Por outro lado, se o PS não tivesse demonstrado algum arrojo, muitas das coisas que existem hoje em Alpiarça não existiam. Quanto ao parque de estacionamento subterrâneo, a deputada reconheceu que se trata de uma questão polémica, acrescentando que, pessoalmente, também não gosta de estacionar lá porque considera que o parque está de certa forma mal concebido, mas não se pode dizer, como foi dito, que o parque não é nem será necessário nos próximos quinhentos anos.

De resto, a deputada ouviu dizer que o Executivo está a pensar construir um novo parque de estacionamento numa zona afastada do centro da vila, localização que para ela levanta muitas dúvidas relativamente à sua pertinência. Relativamente à intervenção do deputado João de Brito e à sua consideração de que a Câmara tem pessoal a mais, a deputada afirmou que se deve adaptar as opiniões à circunstância e, se em tempos partilhava dessa opinião, hoje pensa que neste momento a obrigação da Autarquia é manter o emprego das pessoas que têm vínculo com ela. Ora, é evidente para a deputada que para a Câmara criar emprego precisa de ter projetos, o que não está a acontecer com este Executivo.

Intervenção do deputado Lúcio Amaral. O deputado perguntou se o Executivo considera a hipótese de que as habitações que neste momento não pagam IMI possam vir a fazê-lo como forma de aumentar as receitas do

Município. O deputado sabe que cerca de três mil casas em Alpiarça pagam esse imposto, mas sabe também que em Alpiarça o número de moradias existentes deve ascender até pelo menos o dobro e que muitas delas estarão em condições de passar a pagar esse imposto.

O Presidente da Câmara passou a responder às questões que foram colocadas. Começando pela última pergunta, o Presidente explicou que a intenção do Executivo é precisamente ver atualizada a avaliação dos prédios a fim de poder atualizar a aplicação do IMI. Tão-só trata-se de uma competência do Poder Central, muito embora caiba à Autarquia facilitar o acesso aos dados que as Finanças solicitem. Quanto ao Turismo, o Presidente explicou que há verba para dar andamento ao projecto apresentado pela empresa de consultadoria na parte do investimento que cabe ao Município numa eventual candidatura a fundos para a dinamização daquele espaço, conquanto o projecto preveja que primeiramente o investimento terá de partir da iniciativa privada, até porque a Autarquia não tem condições para o fazer por iniciativa própria. Quanto ao Festival do Melão, ele é realizado em colaboração com a Junta de Freguesia e tem já obtido resultados interessantes. O Presidente reconhece que a iniciativa pode melhorar, e a intenção é precisamente ir melhorando de ano para ano à medida que se afectarão verbas mais avultadas a este certame, assim haja disponibilidade financeira. Quanto aos comentários às Grandes Opções do Plano, o Presidente detectou uma forte incongruência no discurso do PS, uma vez que, por um lado, arrasam por completo as propostas de atividade da Câmara e, por outro, dizem que este orçamento é a continuação dos orçamentos do Executivo Socialista, o que revela que na verdade têm uma perspetiva muito negativa do que foi feito anteriormente, mesmo que nunca o tivessem assumido em devido tempo. De qualquer forma, o Presidente assume que há continuidade sobretudo nos aspetos que devem continuar, uma vez que funcionam e estão implementados na própria estrutura de realização desta Autarquia. No que respeita às iniciativas previstas para a Casa dos Patudos, o Presidente explicou que se trata das Grandes Opções do Plano e portanto de um documento sintetizador da atividade e não uma relação totalmente exaustiva das realizações ao longo do ano. O Presidente reconheceu que há algum desequilíbrio relativamente à apresentação dos documentos, desequilíbrio que já vem do passado e sobre o qual o Executivo ainda não conseguiu atuar de forma positiva. Por outro lado, não se pode esperar que o investimento que está a ser feito na requalificação da Casa dos Patudos seja complementando com um investimento irrealista por parte da Câmara na programação dos Patudos, o que a acontecer reduziria a actividade da Câmara unicamente a esse património. Ainda assim, a actividade na Casa dos Patudos nos últimos tempos tem sido bastante digna e bastante mobilizadora de novos visitantes.

De qualquer forma, o Presidente comprometeu-se a enviar aos deputados no dia seguinte um documento que lhe foi entregue pelo Director do Museu com 5 páginas de propostas de actividades para o ano de 2012. O Presidente reiterou por isso o convite para que os eleitos dos diversos órgãos autárquicos participem nas actividades que se vão realizar ao longo do ano na Casa dos Patudos. Relativamente ao parque de estacionamento subterrâneo, trata-se de um investimento de pequena dimensão que visa dotar o parque de algum equipamento de segurança para que a infraestrutura possa ser mais utilizada. De resto, não está nos planos do Executivo a colocação de parquímetros. Quanto ao Cartão de Livre Acesso Desportivo, o Presidente explicou que houve de facto um programa deste tipo no mandato anterior que funcionou durante pouco tempo, e que este novo programa vem agora reformulá-lo. Relativamente às declarações do deputado Fernando Ramalho sobre o QREN e a necessidade de a Câmara se endividar caso ganhe alguma candidatura a fundos comunitários, o Presidente constatou que obviamente qualquer candidatura aprovada representaria encargos para a Autarquia, mas é preciso não ignorar que, mesmo que a Câmara quisesse, não poderia voltar a endividar-se da mesma forma que o anterior Executivo o fez dadas as atuais circunstâncias. Respondendo às questões da deputada Ana Margarida do Céu, o Presidente começou por explicar que a candidatura para a zona desportiva do Casalinho anda na ordem dos cento e dez mil euros, com comparticipação esperada em 85%. Quanto aos critérios para o Cartão do Idoso, trata-se de uma questão a trabalhar, sendo que em princípio não se terá em conta apenas o critério da idade, mas também, e principalmente, os rendimentos. Já quanto às horas extraordinárias do pessoal da Autarquia, o Presidente lembrou que este expediente já foi reduzido para mais de metade. Por último, relativamente aos funcionários, o Presidente lembrou também que desde 2009 foram afectos à Autarquia cerca de 45 novos funcionários na área da educação, depois da transferência de competências nessa área assinada pelo anterior Executivo.

Postos à votação, o Orçamento, as Grandes Opções do Plano e o Mapa de Pessoal para o ano de 2012 foram aprovados por maioria com seis abstenções dos deputados do PS.

### **Período de Intervenção do Público**

Não houve inscrições.

Nada mais havendo a tratar foi a reunião encerrada pelo Presidente da Assembleia, era uma hora e trinta e cinco minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que foi aprovada em minuta para efeitos de execução imediata, que vai ser assinada pelos membros da Mesa.

Presidente \_\_\_\_\_

1º Secretário \_\_\_\_\_

2º Secretário \_\_\_\_\_